

DEFINIÇÃO, IMPLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DO EXTREMISMO POLÍTICO

DOI: 10.46848/0405223

Alexandre Nogueira Souza

Resumo

O extremismo é um fenômeno que prescreve modificações estruturais, as quais são realizadas de maneira drástica e severa. Partindo da ideia que visa a solução imediata de problemas conjunturais, práticas extremistas estão vinculadas a um imaginário que preconiza a substituição imediata de uma determinada ordem social vigente. A finalidade dessa ação é o estabelecimento de uma nova organização pautada em preceitos de ordem política, social e econômica. Isso é realizado de maneira abrupta, ou seja, ausente de gradualismo.

Palavras-chave: Extremismo. Política. Tirania. Totalitarismo.

Introdução

O extremismo é um fenômeno que possui na própria natureza o caráter que almeja a transformação radical de uma estrutura edificada. Normalmente, a violência e a ignorância são características primordiais dos movimentos que tendem ao extremo, visto que a conciliação de interesses por meio do diálogo é uma estratégia desprezada pelos porta-vozes dos extremos. A visão unilateral e dogmática dos líderes extremistas sempre foi uma ameaça a um sistema político construído com bases nos preceitos de liberdade e democracia.

O termo Extremismo traz implícita uma conotação negativa, que evoca remotos antecedentes filosóficos: já na ética aristotélica, o equilíbrio, a racionalidade, a virtude coincidem com o justo meio, enquanto que os extremos são as paixões de que é preciso fugir. A convicção arraigada no senso comum de que *in médio stat virtus*, transporta para o plano político, inculca como ideal a que se há de amoldar o comportamento político a moderação, a

[Digite aqui]

centralidade, o *status quo*. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, p. 457).

A partir das visões e explanações de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino teorizadas na obra denominada “Dicionário de Política”, publicada no ano de 1983, pode-se afirmar que o temor pelo extremismo não é um fato específico da Idade Moderna e da Contemporânea. Aristóteles, em meio à Antiguidade Clássica, já dizia sobre a imprescindibilidade do “justo meio” enquanto preceito provedor do equilíbrio humano, haja vista que esse princípio está na posição central em relação aos vícios e às virtudes, os quais são ocupantes das extremidades (em sentido literal).

Pelo fato dessa perspectiva aristotélica transcender o âmbito filosófico enquanto teoria, possibilita-se a adaptação do “justo meio” à forma substancial da política, a qual, na maioria das vezes, amolda-se à moderação, preservando o *modus operandi* outrora institucionalizado por meio da concepção de cidadania, seja esta aos moldes das *pólis* na Antiguidade ou no formato do Estado Democrático de Direito, sistema político engendrado na Contemporaneidade. Desse modo, percebe-se que o curso natural e saudável dos sistemas políticos atrelados ao corpo social, independentemente do período histórico, é a moderação e o equilíbrio.

Todavia, alguns indivíduos são seduzidos pelos encantos da falsa virtude ou pela perversidade dos vícios. No primeiro caso, esses cidadãos que se auto denominam seres providos de virtudes constroem ideologias pautadas em um falso moralismo com o objetivo de promover o fascínio dos demais membros da sociedade, arquitetando as novas bases políticas com a finalidade de realizar a subversão de um arcabouço em plena vigência. Assim, distanciam-se do verdadeiro sentido de virtude e se aproximam do “excesso”. De modo convergente, os cidadãos que declinam em direção às vicissitudes, são aqueles que se fascinam com a falsa moral erigida em relação à política e à sociedade, distanciando-se da racionalidade por meio do cultivo do vício, que também é um “excesso”.

Na ótica de Aristóteles em relação ao “justo meio”, os cidadãos que estão situados nas extremidades, nesse caso específico, os “pseudo-virtuosos” e os “viciados”, tangenciam-se do princípio da moderação. Com isso, é cabível dizer que o “justo meio” se opõe aos “excessos”, visto que preza pelo equilíbrio e objetiva a verdadeira busca pela virtude aristotélica. Portanto, nessa concepção filosófica do extremismo, vale ressaltar que este é alcançado no momento em que os indivíduos optam pelos “excessos”, culminando nas práticas extremistas em diversos momentos.

[Digite aqui]

1- Do Extremismo

Mesmo que as noções de liberdade, democracia e cidadania foram definidas e exercidas de maneira distinta nas civilizações, esses preceitos possuem pontos convergentes no que diz respeito à organização societária de um determinado local. Os conceitos mencionados, quando praticados por líderes políticos e cidadãos, tenderam-se ao desenvolvimento dos indivíduos em termos sociais e econômicos. Além disso, a prosperidade em relação à política enquanto teoria e prática foi um fator de enorme respaldo quando utilizada a combinação dos três elementos citados.

Em casos contrários, nos quais a liberdade foi substituída pela coerção, a democracia pela tirania e a cidadania pelo privilégio, vale ressaltar que isso não ocorreu de modo congênito. Indivíduos ou grupos extremistas alteraram todo um alicerce com a finalidade de realizar modificações aceleradas em nome de um “bem maior”, seja este pautado em uma ordem secular ou até mesmo eclesiástica. Para entender a convergência dos traços que formam as doutrinas extremistas, por mais diversificados que sejam os objetivos em forma de teoria, pode-se utilizar das definições dadas pelos três pensadores italianos já mencionados:

O que caracteriza o Extremismo é, em última análise, a tendência em ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais, a conseqüente recusa em aceitar a gradualidade e a parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso, e a urgente busca do "tudo e agora". Neste sentido, o termo acaba, no uso corrente, por se assemelhar em seu significado ao "radicalismo" e ao "maximalismo", dos quais, pelo contrário, seria tido como distinto. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1983, pag. 458).

A partir das definições dos autores italianos, os extremismos podem ser vistos de modo semelhante, uma vez que eles atingem um fim semelhante no âmbito prático. Como fundamento, as ações extremistas visam a promoção de alternativas dotadas de severidade e intransigência, as quais são sustentadas por teses e discursos marcados pelo autoritarismo atrelado à inflexibilidade. Dessa forma, as teorias extremistas são construídas no intuito de subverter uma ordem edificada com base nos conceitos de liberdade e democracia.

Contudo, em algumas ocasiões, o extremismo de uma determinada natureza ou ideologia foi combatido por outra forma de extremismo. Este último revigorava por modificações estruturais, mas a natureza das ideias eram tão extremas quanto as que estavam em plena

[Digite aqui]

vigência. Diante disso, é importante relacionar esses dois fatores. Primeiramente, é fato que a forma extremista que ditava o *modus operandi* do determinado local ou civilização não garantia os direitos dos indivíduos com também se ausentava da essência democrática. Entretanto, em segundo lugar, a forma de governo idealizada por indivíduos ou grupos que utilizavam da “falsa virtude” para se promoverem como verdadeiros bastiões da revolução proposta, a qual, muitas vezes, era pautada em autoritarismo por parte dos governantes e submissão dos indivíduos conforme o que era implantado pelos que exerciam o poder.

Nessa ótica, a nova forma de governo, imposta por meio de uma ideologia extremista, não resolve os problemas da sociedade, pois a situação se configura na busca pelo “tudo e agora”, o que culmina no radicalismo. A ausência de capacidade para negociações e diálogo é uma característica própria dos extremistas, uma vez que estes não respeitam o gradualismo dos eventos sociopolíticos. Ademais, as práticas extremistas violam os preceitos democráticos e liberais, os quais formam o sustentáculo do desenvolvimento do corpo social, das práticas de governança e da economia no Ocidente.

As consequências da subversão dos pilares democráticos e liberais, resulta-se na falência de tudo que está relacionado a direitos civis, sociais e liberdade econômica. Diante disso, os grupos e partidos extremistas não respeitam direitos fundamentais ao desenvolvimento humano. São esses direitos: à vida, à liberdade, à propriedade, à educação, à saúde e à participação na política. Não apenas na configuração do Estado Democrático de Direito, mas também nos primórdios das ideologias da política moderna, esses direitos mencionados já se faziam imprescindíveis na base da sociedade. Possibilita-se a visualização desse efeito no seguinte trecho:

O homem nasceu, como já foi provado, com um direito à liberdade perfeita e em pleno gozo de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, assim como qualquer outro homem ou grupo de homens na terra; a natureza lhe proporciona, então, não somente o poder de preservar aquilo que lhe pertence – ou seja, sua vida, sua liberdade, seus bens. (LOCKE, 1681, p.58).

John Locke, filósofo inglês e um dos expoentes do Contratualismo, teorizou a importância dos direitos inalienáveis na obra denominada Segundo Tratado Sobre o Governo Civil, escrita no século XVII. Mesmo por se tratar de uma obra da Idade Moderna, as inovações de Locke foram importantíssimas para a constituição de uma ideia de suma importância:

[Digite aqui]

a liberdade individual. Teoricamente, este conceito é garantido e aplicado em Estados que utilizam dos preceitos contidos no Liberalismo Político.

Por outro lado, quando esses direitos baseados nas contribuições de Locke são violados e substituídos pela ideia de um “todo imaginário e universal de base coletivista”, pode-se dizer que esse local ou sociedade estará frente a um movimento extremista. Este, independente da ideologia adotada e da área de atuação, acaba por extinguir inteiramente a concepção de racionalidade do ser humano. Em suma, o extremismo configura-se na ausência da razão individual, porém, o sistema político é pautado em uma racionalidade completamente perversa.

Independentemente do modo no qual as teorias são formuladas ou praticadas, a razão é um atributo que, de qualquer maneira, é retirado dos indivíduos, ou os próprios abstém-se desse artifício. Estes, ausentes da principal característica que difere os seres humanos das demais espécies, comportam-se de modo passivo, uma vez que apenas recebem ordens e são exigidos para que seja mantido os anseios dos líderes ou partidos extremistas frente a uma condição inata dos indivíduos, a capacidade de raciocínio.

Nas justificativas dos extremistas, primeiramente, as ideias sempre são pautadas em elementos voltados à transformação abrupta da política e da sociedade. Com isso, os líderes conseguem agregar diversos seguidores através de discursos destrutivos e “revolucionários”, propagandas e promessas inexecutáveis. A criação desse imaginário político é a base para a alteração do *status quo* de um local construído com base no “justo meio” em proveito da instalação de um regime que despreza a liberdade e o valor do indivíduo.

Os governos e grupos controlados respectivamente por políticos e facções extremistas, tendem-se ao autoritarismo, pois a liberdades são cassadas, os direitos são inexistentes e o progresso depende dos anseios e dos interesses expressos pelos líderes. Aos demais setores da sociedade, em um regime autoritário, cabe apenas a execução das ordens advindas dos “superiores”, visto que as vontades destes, em diversas ocasiões, são os fatores que movem toda a estrutura política e social de um determinado lugar.

A principal fonte que movimenta um regime autoritário são ideias postuladas de maneira demagógica. Por meio dessas técnicas, os líderes prometem a unificação das partes (setores da sociedade) em prol do estabelecimento de um *modus operandi* dantes “nunca” experimentado. Pode-se visualizar esse fato no seguinte excerto:

[Digite aqui]

O totalitarismo elimina a diferença entre o privado e o público não só para pôr fim à liberdade das pessoas, mas também para afastar toda a sociedade da política normal e encaminhá-la para as teorias conspiratórias. Em vez de definir fatos ou de gerar interpretações, somos seduzidos pela ideia de realidades ocultas e de conspirações sinistras que tudo explicam. (SNYDER, 2017, p. 86).

Compreendido em sentido amplo, os regimes totalitários, independentemente do viés ideológico, corroboram para o desmantelamento da realidade ensimesmada. Os detentores do poder no totalitarismo falseiam as reais causas dos acontecimentos, manipulam os fatos e utilizam a maior parte da população como massa de manobra. Apesar desse conjunto de aplicações possuir um caráter inóspito pelo fato de não estarem atreladas aos conceitos de liberdade e democracia, pode-se dizer que os governantes de sistemas totalitários utilizam desses “vícios” para atingir um fim último.

Afinal, qual o real objetivo daqueles que chefiam regimes totalitários? Timothy Snyder considera que o totalitarismo pretende extinguir não somente a liberdade de pensamento, como também a participação ativa da sociedade nos assuntos “de Estado”. Com isso, os totalitários eliminam todas as oportunidades de construir uma sociedade e um ambiente político multifacetado, pois, em diversas ocasiões, o próprio direito de opinar em um determinado acontecimento é considerada uma ameaça a uma das bases do totalitarismo, a coesão do corpo social em torno de um imaginário.

Para manter a sociedade coesa, os totalitários, exterminam as distinções entre vida pública e privada, ou seja, o aparato governamental possui controle de cada membro que compõe o “todo”. Essa autoridade é exercida por meio da centralização do processo de tomada de decisões nas mãos dos chefes do Estado/Partido/Organização, os quais violam a privacidade dos que outrora foram chamados de indivíduos. Nessa ótica, o extremismo no campo sociopolítico e institucional é materializado na ascensão de líderes extremistas, os quais modificam toda a estrutura de uma determinada organização política. O novo alicerce é construído, na maioria das vezes, com base em utopias atreladas a um sentimento nostálgico de poder e auto-suficiência daquela determinada nação.

Essa estratégia possui como finalidade a aproximação ideológica dos líderes com a população, porém os pensamentos não são construídos e sintetizados, visto que são impostos pelas lideranças, com base em preceitos criados a fim de falsear a verdade em busca da ampliação do poder central juntamente com a manutenção estabilidade da

[Digite aqui]

sociedade. Por meio do conceito de “Política da Eternidade”, o autor estadunidense Timothy Snyder explica esses elementos presentes no totalitarismo:

A política da eternidade se interessa pelo passado, mas de uma forma egocêntrica, livre de qualquer compromisso com os fatos. Seu espírito é o de uma nostalgia de momentos gloriosos que jamais aconteceram em épocas que, na verdade, foram desastrosas. Os políticos da eternidade nos oferecem o passado como um vasto pátio enevoado de incompreensíveis monumentos à vitimização nacional, todos igualmente distantes do presente, todos suscetíveis à manipulação. Todas as referências do passado envolvem um ataque de algum inimigo externo à pureza da nação. (SNYDER, 2017, p. 117).

O ato de culpabilizar outrem em prol do enaltecimento da nação é algo característico dos líderes autoritários, visto que estes valorizam ideais que retomam um passado que, muitas vezes, não ocorreu da maneira na qual os líderes vendem a imagem no momento presente, ou seja, alimentam a mente dos indivíduos por meio de um discurso falacioso atrelado à promessas inconcebíveis. Assim, pode-se citar três elementos interdependentes que solidificam esse argumento: a ânsia por transformações estruturais, a coesão social e o sentimento de pertencimento.

O primeiro (ânsia por transformações estruturais) está ligado à ruptura de todo um aparato socioeconômico e político, não importando a natureza desses, uma vez que a necessidade de implantar algo completamente distinto, fruto de ideias “inovadoras” precede a relação entre custo e benefício para os setores da sociedade. A busca pelas mudanças, quando é realizada dessa maneira, torna-se algo que, na balança entre razão e emoção, tende ao lado desta última. Assim como ao ponderarmos esse elemento no que diz respeito à virtudes e vícios, claramente o peso dos vícios será maior.

O segundo (coesão social) corresponde à promessa feita pelos líderes autoritários frente à população. A promoção da união entre os indivíduos perante a um “todo”, ou seja, em relação a um ente uno, indivisível e coeso, faz-se como estratégia necessária dos líderes extremistas em relação à imposição de um *modus operandi* pautado na adesão da população em torno de um ideal majoritário: a coesão do corpo social. Esta, por sua vez, precede todos conceitos relacionados ao indivíduo, uma vez que este, nessa situação, pode ser meramente conceituado como parte de um todo.

O “todo”, seja este um Império, Estado, Nação, Califado, Emirado ou Principado, é considerado pelos líderes extremistas como a célula-mãe da organização política e social,

[Digite aqui]

tendo a obrigatoriedade de ser uma estrutura protegida e adorada por todos, mesmo que de modo irracional ou coercitivamente. Para implantar um sistema coeso, os líderes necessitam de tempo atrelado à oportunidades. Mesmo que a formulação de uma ideia “revolucionária”, ou seja, aquela que visa transformações quase que iminentes, acompanhada pela ânsia por obtenção do pleno poder precede um fato histórico relevante negativamente, como uma crise, vale ressaltar que é através da instabilidade que os líderes propõem as modificações estruturais. Ao trabalhar com o termo estrutura, é válido mencionar as contribuições de Kenneth Waltz:

O termo estrutura é agora um favorito das ciências sociais. Como tal, o seu significado tornou-se inclusivo. Ao significar tudo, deixou de significar qualquer coisa em particular. Se pusermos de parte seus usos casuais e vãos, o termo tem dois significados importantes. Primeiro, pode designar um aparelho compensador que trabalha para produzir uma uniformidade de resultados apesar da variedade de *inputs*. (...) No segundo sentido estrutura designa um conjunto de condições constringedoras. (...) As estruturas são causas, mas não são causas no mesmo sentido que *A* causa *X* e *B* causa *Y*. *X* e *Y* são resultantes diferentes produzidas por diferentes ações ou agentes. *A* e *B* são mais fortes, mais rápidos, anteriores ou mais valorosos que *X* e *Y*. (...) *A* e *B* são diferentes, produzem efeitos diferentes (WALTZ, 1979).

A partir de Waltz, pode-se dizer que a estrutura é o principal elemento de uma organização política, visto que, atrelada aos agentes, formam um sistema complexo. Nesse cenário, os líderes extremistas (agentes), tanto no âmbito político quanto religioso, tentam subverter a estrutura vigente, fundando uma baseada em originalidade. Assim, por modificar a estrutura, o sistema será composto por novas “partes”, nesse caso, ao atingir o paroxismo, haverá um aparato estrutural distinto acompanhado de agentes dotados de pensamentos avindos dos discursos proferidos pelos extremistas. Portanto, com o arcabouço teórico de Kenneth Waltz sobre sistema, estrutura e agentes, os extremistas fomentam novos ideais a fim de realizar transformações estruturais, as quais são baseadas na univocidade do corpo social, e este é liderado pelos novos detentores do poder. Para que haja interação entre as lideranças e os liderados, faz-se extremamente necessária a manutenção de uma sociedade coesa com objetivos definidos.

Os fins são, em grande parte, idealizados pelos que ocupam o poder de uma organização extremista, enquanto a população, que também é um agente capaz de realizar modificações em um determinado cenário sociopolítico e econômico, acreditam fervorosamente nos vícios transvestidos em promessas propagadas pelas lideranças.

[Digite aqui]

Diante disso, a necessidade da coesão do corpo social se faz interessante tanto para governantes quanto aos governados, haja vista que ambos estão hipoteticamente unidos no mesmo “todo” em busca de um objetivo comum: a transformação orgânica precedida pela ordem social.

Por fim, o terceiro elemento (sentimento de pertencimento), é um dos pilares dos discursos daqueles que fazem promessas acompanhadas por vícios. Diferentemente das questões que concebem a territorialidade com uma concepção geográfica de pertencimento, sendo limitada pelas fronteiras de um determinado Estado, Império, Califado, Principado ou Emirado, os extremistas evocam percepções relacionadas à moral do pertencimento, transformando a virtude do patriotismo em uma prática degenerativa. Nos casos em que a população ou um grupo se encontram desamparados, esvai-se o “justo meio”, ou seja, o equilíbrio, originando a irracionalidade acompanhada pela predominância das emoções e necessidades de respostas iminentes.

Nessa perspectiva, os líderes extremistas, ou futuros líderes dessa mesma “linhagem” que objetivam a obtenção do poder por via dos extremos, aproveitam das mazelas da população para evocarem discursos pautados na adoração de uma nação, de um líder ou de uma religião. Nesse sentido, pode-se atrelar o sentimento de pertencimento com a união em busca de uma finalidade intransponível, a qual constrói as identidades coletivas, enfraquecendo as noções de racionalidade, liberdade e, posteriormente, de democracia enquanto forma de governo e prática cotidiana.

Na concepção dos extremistas, os seres humanos devem ser seres submissos aos anseios das lideranças, as quais materializam essas vontades em discursos e práticas acompanhadas de falsa integração social e meia liberdade. O motivo da utilização desses dois últimos fatores mencionados, é que ambos são coerentes para o projeto de poder arquitetado por qualquer extremista. Pelo fato de garantir alguns direitos a população, mas apenas aqueles que são importantes para o fortalecimento do “todo”, seja este em plena vigência ou apenas como uma ideia, os extremistas, desse modo, “integram” os “cidadãos”, da mesma maneira que, ao atribuir valor aos que compartilham da ideologia postulada e não perturbam o funcionamento das engrenagens que movem a estrutura, pode-se dizer que, para essas pessoas, a “liberdade” existe. As palavras de Vaclav Havel, ex-Presidente da Tchecoslováquia e da República Tcheca, são capazes de explicar as normas dos sistemas autoritários que vimos nos dias de hoje:

[Digite aqui]

O sistema pós-totalitário toca as pessoas a cada passo, mas o faz com suas luvas ideológicas. É por isso que a vida no sistema é tão permeada de hipocrisia e mentiras: governo por burocracia é chamado governo popular; a classe trabalhadora é escravizada em nome da classe trabalhadora; a degradação completa do indivíduo é apresentada como sua libertação final; privar pessoas de formação é chamado de torná-la disponível; o uso do poder para manipular é chamado de controle público do poder, e o abuso arbitrário de poder é chamado de observação do código legal; a repressão da cultura é chamada de desenvolvimento; a expansão da influência imperial é apresentada como apoio aos oprimidos; a falta de liberdade de expressão se torna a mais alta forma de liberdade; eleições ridículas tornam-se a mais alta forma de democracia; banir o pensamento independente torna-se a mais científica das visões de mundo; ocupação militar torna-se assistência fraterna. Como o regime é cativo de suas próprias mentiras, deve falsificar tudo. Isso falsifica o passado. Ele falsifica o presente, e falsifica o futuro. Ele falsifica as estatísticas. Ele finge não possuir um aparato policial onipotente e sem princípios. Pretende respeitar os direitos humanos. Ele finge não perseguir ninguém. Finge não temer nada. Finge fingir nada (HAVEL, 1978, p. 9).

The post-totalitarian system touches people at every step, but it does so with its ideological gloves on. This is why life in the system is so thoroughly permeated with hypocrisy and lies: government by bureaucracy is called popular government; the working class is enslaved in the name of the working class; the complete degradation of the individual is presented as his ultimate liberation; depriving people of information is called making it available; the use of power to manipulate is called the public control of power, and the arbitrary abuse of power is called observing the legal code; the repression of culture is called its development; the expansion of imperial influence is presented as support for the oppressed; the lack of free expression becomes the highest form of freedom; farcical elections become the highest form of democracy; banning independent thought becomes the most scientific of world views; military occupation becomes fraternal assistance. Because the regime is captive to its own lies, it must falsify everything. It falsifies the past. It falsifies the present, and it falsifies the future. It falsifies statistics. It pretends not to possess an omnipotent and unprincipled police apparatus. It pretends to respect human rights. It pretends to persecute no one. It pretends to fear nothing. It pretends to pretend nothing (HAVEL, 1978, p. 9).

[Digite aqui]

Para os autoritários, a liberdade de expressão, as múltiplas e divergentes visões acerca dos fatos e o espaço democrático são fatores que perturbam o “todo”, visto que ameaçam a solidez da estrutura implantada com base nos “vícios”. Nesse contexto, a politização dos indivíduos e as concepções ideológicas moderadas são suprimidas de uma sociedade que convive diariamente com o autoritarismo, pois são elementos considerados subversivos ao “todo”. Portanto, os extremistas, ao atingir o paroxismo, seja na formulação ou na aplicação das medidas, invertem uma das máximas de Aristóteles ao conceber a visão “ideal” do ser humano: um animal “apolítico”.

A figura degenerada do homem idealizado por Aristóteles, ou seja, a versão “apolítica” da espécie, esteve presente em inúmeros eventos históricos, nos quais líderes extremistas obtiveram, conquistaram ou herdaram o poder. Na execução da governança, seja por meios tirânicos, ou pela “legitimação” da força por meio de aparelhos burocráticos enviesados por características totalitárias que, futuramente, serão consensuais, a racionalidade dos indivíduos é praticamente retirada em prol da nova ordem institucional de caráter “inquestionável” e “inquebrantável”. Essas ações dependem pouquíssimo do momento histórico e da ideologia a ser implementada, uma vez que é uma marca visceral do extremismo, tanto em ordem política quanto religiosa.

O extremismo possui vários desdobramentos, sendo assim, faz-se necessário abordar não somente as causas e as consequências do fenômeno, mas também as experiências extremistas ocorridas principalmente no século XX, mais especificadamente entre os anos de 1914 e 1991, período no qual o historiador britânico Eric Hobsbawm (1917 – 2012) denominou como “Era dos Extremos”, intitulando uma de suas relevantes obras. Todavia, anteriormente às explanações focadas no extremismo ocorrente entre esses dolorosos anos do século XX, as teorias acerca dos extremismos serão trabalhadas, partindo dos conceitos de “Tirania” e “Totalitarismo” atrelados às motivações, causas e consequências inerentes a ambos.

2- Da Tirania

Como tirania, possibilita-se caracterizar os governos que suprimem o livre-arbítrio dos indivíduos, medida na qual afasta estes do centro de decisão acerca dos variados assuntos presentes em uma sociedade. A falta de protagonismo da população em geral, implica na centralização do poder nas mãos do tirano, o qual, utiliza da figura “apolítica” do ser

[Digite aqui]

humano para conduzi-lo conforme os próprios anseios e “vícios” da tirania, consolidando, assim, o regime político, o qual, na concepção de Aristóteles, é não somente uma forma degenerada de governo como também a pior entre elas.

(...) é a do homem sem qualquer responsabilidade ou censura que comanda em seu próprio interesse, e não no de seus súditos, outros seus semelhantes, não raros melhores do que ele; domínio que, por isso mesmo, é, no que tange a eles, involuntário, pois homens livres não podem suportar de boa vontade tal aviltamento. Anteriormente à obtenção, conquista ou herança do poder, o tirano, costumeiramente, intitula-se como o agente primordial para a modificação da estrutura, prometendo, assim, um novo sistema. Nesse contexto, os tiranos tentam promover a aproximação com a população, embora não haja pleno gozo da liberdade, diversas promessas são realizadas. Essas são baseadas em ideias que visam resolver problemas “crônicos”, mas de modo quase que inimaginável e impraticável. (ARISTÓTELES, 2018, p. 81).

Em momentos de desespero, os tiranos ganham força e respaldo da população, uma vez que aproveitam de flagelos de uma sociedade destruída, seja politicamente, economicamente, ou até por questões de segurança interna e externa. O caos social e o caminho para a ruína é o cenário ideal no qual o tirano se projeta, pois são nesses momentos, que haverá brechas para o endurecimento ou modificação do regime político, haja vista que a sociedade, em ocasiões nas quais ainda há resquícios de liberdade, muitas vezes, cedem o pouco desta liberdade que restava em troca de distopias encaradas como a solução de todos os problemas estruturais. O vício mais diametralmente contrário à sua instituição é a tirania. Portanto, é também o pior dos governos.

Sobre a etimologia do termo “tirania”, esse advém do grego, τύραννος (týrannos), que significa líder ilegítimo, ou seja, o tirano governa com poderes absolutos e, muitas vezes, fundados com base nos próprios “vícios”, porém, em inúmeras ocasiões, há uma predisposição do povo em servir e consentir com as vicissitudes do tirano. Diante disso, Norberto Bobbio, filósofo político italiano, realizou contribuições acerca do tema abordado, expressando que, segundo Platão e Aristóteles, “a marca da tirania é a ilegalidade”, ou seja, “a violação das leis e regras pré-estipuladas pela quebra da legitimidade do poder”. Para Bobbio, poder que não se fundamenta no consentimento, é ilegítimo e, além disso, a tirania, por ser exercida sobre “servos”, necessita-se de despotismo (BOBBIO, 1988).

A tirania também apresenta, na própria natureza, a ausência de gradação nos eventos e configura-se como um ataque à racionalidade do indivíduo. A partir dessa análise, pode-

[Digite aqui]

se dizer que, a tirania, enquanto modelo organizacional societário, caracteriza-se pela verticalização do poder atrelado à hierarquização das funções a serem desempenhadas pelo corpo administrativo. Essa institucionalização sistêmica da tirania enquanto modelo político foi exposta claramente na obra “Discurso Sobre a Servidão Voluntária”, escrita pelo filósofo francês Etienne de La Boétie:

Sempre foi a uma escassa meia dúzia que o tirano deu ouvidos, foram sempre esses os que lograram aproximar-se dele ou ser por ele convocados, para serem cúmplices das suas crueldades, companheiros dos seus prazeres, alcoviteiros suas lascívia e com ele beneficiários das rapinas. Tal é a influência deles sobre o caudilho que o povo tem de sofrer não só a maldade dele como também a deles. Essa meia dúzia tem ao seu serviço mais seiscentos que procedem com eles como eles procedem com o tirano. Abaixo destes seiscentos há seis mil devidamente ensinados a quem confiam ora o governo das províncias ora a administração do dinheiro, para que eles ocultem as suas avarezas e crueldades, para serem seus executores no momento combinado e praticarem tais malefícios que só à sombra deles podem sobreviver e não cair sob a alçada da lei e da justiça. E abaixo de todos estes vêm outros (BOÉTIE, 2006, p. 24).

A exegese de Boétie demonstra a configuração de um aparato político transfigurado em tirania, fenômeno em que, ao ser instituído como forma de governo, a hierarquização dos ofícios torna-se clara e perceptível quando inserida ao “todo” indivisível e coeso. Com isso, torna-se habitual a subserviência da população perante ao corpo político, e este, por sua vez, exerce as funções de maneira arbitrária, atacando o princípio da liberdade, o que restringe a própria capacidade do indivíduo em utilizar a razão (BOÉTIE, 2006).

Tão alto o grau de aviltamento ao governar, extremamente vil a política implementada e, essencialmente, jocosa as atitudes extremistas dos tiranos quando solidificadas. Independentemente do modo no qual os tiranos adquirem o poder, seja por meios democráticos, pela força ou por herança, as semelhanças na forma de exercê-lo são evidentes, segundo Etienne de la Boétie: “Os eleitos procedem como quem doma touros; os conquistadores como quem se assenhoreia de uma presa a que têm direito; os sucessores como quem lida com escravos naturais” (BOÉTIE, 2006).

Os entendimentos acerca da moral atribuída à tirania, juntamente com a formação de um “Estado Tirânico”, são de suma importância para compreender, em âmbito filosófico e prático, respectivamente, as estruturas que formam o alicerce do extremismo. Portanto, a

[Digite aqui]

ausência de gradação nos fatos, o repúdio à construção horizontal do panorama político e social e, primordialmente, a restrição de direitos inalienáveis do indivíduo, como a liberdade e a racionalidade, levam governos extremistas à ascensão. E nessa situação inóspita, essas condições podem perdurar *ad aeternum*.

3- Do Totalitarismo

O Totalitarismo é uma forma de governo que visa, em diversas ocasiões, a supressão dos direitos humanos e dos direitos civis em prol da edificação de estruturas fundadas na legitimação da violência por meio de um caráter belicoso do Estado e pela disseminação do autoritarismo em todas as esferas. Ao ser incorporado no sistema organizacional, a hierarquização das funções relativas a cargos e ofícios não somente na estrutura política, mas também no corpo social são fatores importantíssimos para a implementação do totalitarismo.

Esse sistema reconhece apenas uma pessoa/grupo/partido/facção como detentora do poder, o qual se edifica na ausência de limites para a execução do mesmo, além da influência exercida em todos os ramos da sociedade pelos assim o exerce. Emerge, dessa forma, o autoritarismo, enquanto algo corriqueiro e fundamental para a implementação e manutenção dos regimes totalitários, uma vez que os moldes implantados necessitam, nessa visão, de ações unilaterais que estimulam a indivisibilidade das estruturas em um formato unitário precedido pela falsa coesão da própria comunidade em torno de um imaginário. Isso é feito pelo uso de sucessivas e maçantes propagandas sobre o governo, os líderes e o país com efeito de assegurar e catalisar as preferências dos que estão no poder.

Ademais, a construção de mitos acerca de uma ideologia programática para explicar não somente o presente, mas também o passado e o futuro, são colocados em jogo com a finalidade de espriar os conceitos ideológicos a fim de que estes edifiquem toda uma estrutura de poder. As propagandas realizadas pelo governo são de extrema importância para a disseminação da ideologia adotada, ou seja, essa combinação é essencial para as bases do Estado Totalitário. A ideologia adotada, nesses casos, sempre tendem a algo extremado que restringe o poder dos cidadãos e aumentando o do Estado, criando assim, uma relação de subordinação, a qual é originada por meio da violência atrelada ao terror.

[Digite aqui]

Para que um Estado Totalitário permaneça, o movimento constante em prol do expansionismo, o qual é apoiado pelas massas, é essencial para manter o sistema, uma vez que este foi construído no processo de retirada da razão individual, pela massificação dos interesses e pela degeneração dos conceitos de patriotismo, o qual resulta em dominação e superioridade de um certo povo ou grupo sobre outros. As engrenagens que colocam o Estado Totalitário em pleno funcionamento são, literalmente, a antítese da Democracia e estabelecem uma relação paradoxal com as liberdades individuais e com os direitos humanos.

Toda hierarquia, por mais autoritária que seja o seu funcionamento, e toda escala de comando, por mais arbitrário e ditatorial que seja o conteúdo das ordens, tende a estabilizar-se e constituiria um obstáculo ao poder total do líder de um movimento totalitário. Na linguagem dos nazistas, é o “desejo do Führer”, dinâmico e sempre em movimento – e não as suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita, que é a lei “suprema” num Estado Totalitário. (ARENDR, 1989, p. 414).

Arendt demonstra a importância da figura do líder no Totalitarismo. A vontade e as ordens estabelecidas por ele transcendem o critério formal da lei e extrapolam qualquer racionalidade em termos de criticidade advinda da individualidade. Apesar de parecer algo de caráter utópico, fictício e incompatível com a razão, esses líderes exerceram demasiado poder sobre suas nações por meio do que Arendt chama como “*totalitarização*” do movimento. (ARENDR, 1989, pág. 414). Desse modo, é cabível realizar um paralelo com Étienne de la Boétie, afirmando que a subserviência do povo, possui como fator primordial a *servidão voluntária*, ou seja, a “terceirização” das responsabilidades em troca de um sentimento de pertencimento atrelado a uma falsa noção de segurança e superioridade.

As concepções de Boétie, assim como as de Arendt, são interessantes para entendermos esse processo de formação do Estado Totalitário. Ao mencionar a *servidão voluntária*, fica claro que, mesmo em um ambiente no qual o órgão público peca pelo excesso de arbitrariedade e violência, os cidadãos também são culpados por assistirem a todo um processo de drásticas modificações de forma bestializada, ou até mesmo escolhendo um líder totalitário para comandá-los.

Conclusão:

[Digite aqui]

Podemos observar que há uma constância no que diz respeito a argumentos relacionados à ruptura de um alicerce já engendrado, no qual, embora haja mazelas e problemas estruturais, ainda (sobre)vive com a “graciosa” ajuda de alguns mecanismos institucionais que nos restaram. Essas justificativas arbitrárias, muitas vezes, são pautadas no imediatismo, rompendo, assim, todo o conceito de gradualidade, espontaneidade e sensatez.

Sendo assim, qual o real interesse em dilapidar, profanar e extinguir as bases do desenvolvimento político e humano? Há razão nessas perspectivas autoritárias que visam somente a descontinuidade? Pelo fato do ser humano se distinguir dos demais animais devido a racionalidade, devemos concordar, mesmo que amargamente, com fato de existir razão nessas escolhas. Contudo, a racionalidade programática e dirigida, acompanhada de discursos horrendos atrelados à propostas inumanas, eliminam forçosamente todas as características que concebem a essência humana, inclusive os direitos humanos e o próprio artifício da razão atrelado ao individualismo.

De fato, não podemos culpabilizar apenas os tiranos e/ou demagogos, pois estes, sem apoio popular, não passam de “fórmulas vazias”, mas alguns “servos voluntários” desses crápulas, por pura mesquinhez, “medo”, busca por segurança, “terceirização das responsabilidades” e desprezo pela própria essência, corroboram para a edificação de projetos distópicos, os quais possuem resultados fatídicos, como: morte, repressão, violência, perseguição e, em alguns casos, fome e miséria.

Nessa exegese, posso dizer que apenas as ações dos indivíduos, pautadas estritamente no conceito de cidadania, poderão modificar esse catastrófico momento de pavor e angústia e desespero. Aproveitemos, então, incansavelmente, mesmo que nos custe tempo, lágrimas e alguns desprazeres corriqueiros, de todos os direitos inatos ao ser humano para que, em meio a uma tempestade devastadora, possamos utilizar da razão para enxergarmos a realidade, e não apenas os “mitos” ou as “ideias personificadas”. Além disso, jamais devemos renunciar nossa liberdade, uma vez que esta é essencial para nos guiar enquanto povo!

[Digite aqui]

Referências

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução: José Rubens Siqueira. Edição: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARISTÓTELES. **A Política**. Versão Digital. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf> 2018.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Trad. Sérgio Bath. 10ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Editora Brasiliense 6ª Edição. 4ª reimpressão, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Brasileira de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 11ª ed. Universidade de Brasília, 1998.

BOÉTIE, Etienne de La. **Discurso Sobre a Servidão Voluntária**. Disponível em:
<http://www.culturabrasil.org/zip/boetie.pdf>. Edição Digital. Cultura Brasileira. 2006.

HAVEL, Vaclav. **The Power of the Powerless**. 1978.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª edição. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania: vinte lições do século XX para o presente**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução: Maria Luísa Felgueiras Gayo. Revisão Científica: Luís Filipe Lobo-Fernandes. Edição: Gradiva, 2002.